
***Clube de Saúde
Administradora de
Benefícios Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Quotistas
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

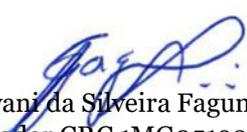
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	1/01/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
ATIVO CIRCULANTE		85.992	48.093	24.716	PASSIVO CIRCULANTE		34.042	10.829	9.002
Disponível	7	29.036	31.548	14.724	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		26.038	6.382	4.003
Realizável		56.956	16.545	9.992	Contraprestações / Prêmios a Restituir		1.490	1.141	809
Aplicações Financeiras	8	6.212	5.306	4.777	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	14	4.998	4.937	2.848
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	25.257	5.363	4.177	Débitos de Operações de Administração de Benefícios		824	304	346
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	9	5.386	5.363	4.177	Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	15	18.726	-	-
Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde	9	19.871	-	-	Provisão para IR e CSLL		2.001	2.151	1.295
Créditos Tributários e Previdenciários		183	276	225	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		576	382	294
Bens e Títulos a Receber	10	25.304	5.571	813	Débitos Diversos	16	5.427	1.914	3.410
Despesas Antecipadas		-	29	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.902	1.408	732
ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.144	4.116	7.827	Provisões para Ações Judiciais	17	1.902	1.408	732
Realizável a Longo Prazo		3.472	125	315	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		63.192	39.972	22.809
Créditos Tributários e Previdenciários	12	3.227	-	298	Capital Social	18	39.002	38.538	38.538
Depósitos Judiciais e Fiscais		245	125	17	Reserva de Capital		2.486	-	-
Imobilizado		4	7	10	Reservas de Lucro		21.704	1.434	15.729
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		4	7	10					
Intangível	13	9.668	3.984	7.512					
TOTAL DO ATIVO		99.136	52.209	32.543	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.136	52.209	32.543

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		65.486	48.828
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		70.130	52.307
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	-	4.644	3.479
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(27.223)	(11.826)
Outras Receitas Operacionais		131	266
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(18.092)	(9.260)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	19	(6.190)	(4.975)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(11.902)	(4.285)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	20	(9.262)	(2.832)
RESULTADO BRUTO		38.263	37.002
Despesas Administrativas	21	(10.068)	(12.552)
Resultado Financeiro Líquido	22	(2.858)	(1.176)
Receitas Financeiras	22	2.789	3.261
Despesas Financeiras	22	(5.647)	(4.437)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		25.337	23.274
Imposto de Renda	23	(6.041)	(4.424)
Contribuição Social	23	(2.189)	(1.608)
Impostos Diferidos	23	3.227	-
Participações sobre o Lucro		(64)	(79)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.270	17.163

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20.270	17.163
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	20.270	17.163

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Reserva de Capital	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (ANTERIORMENTE APRESENTADO)		38.538	-	-	-	(15.285)	23.253
Ajustes de Exercícios Anteriores - Receita Antecipada						(444)	(444)
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2019 (REAPRESENTADO)		38.538	-	-	-	(15.729)	22.809
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.576	17.576
Constituição de reserva legal	18	-	115	-	-	(115)	-
Dividendo adicional proposto		-	-	2.176	-	(2.176)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores - Receita Antecipada	2.3	-	-	(413)	-	-	(413)
Ajuste de Dividendos Adicional Proposto	2.3	-	-	(444)	-	444	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (REAPRESENTADO)		38.538	115	1.319	-	-	39.972
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.270	20.270
Aumento de Capital	18	464	-	-	-	-	464
Ágio na Emissão de Cotas	18	-	-	-	2.486	-	2.486
Constituição de reserva legal	18	-	1.014	-	-	(1.014)	-
Dividendo adicional proposto		-	-	19.256	-	(19.256)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		39.002	1.129	20.575	2.486	-	63.192

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de planos de saúde		473.030	405.128
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		861	1.386
(+) Outros Recebimentos Operacionais		244	786
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(437.949)	(364.885)
(-) Pagamentos de Pessoal		(1.616)	(1.520)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(926)	(1.329)
(-) Pagamentos de Tributos		(12.463)	(5.751)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		(120)	-
(-) Pagamentos de Aluguel		(190)	(232)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(240)	(185)
(-) Aplicações Financeiras		(1.028)	(300)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(18.176)	(16.180)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.427	16.918
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(-) Pagamentos relativos ao ativo intangível		(3.939)	(5)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(3.939)	(5)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		-	(89)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	(89)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(2.512)	16.824
Caixa - saldo inicial	7	31.548	14.724
Caixa - saldo final	7	29.036	31.548
Ativos livres no início do ano (*)	7	31.548	14.724
Ativos livres no fim do ano (*)	7	29.036	31.548
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		(2.512)	16.824

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações Gerais

a) Contexto Operacional

A Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (“Clube de Saúde” ou “Empresa”), é uma Sociedade Limitada, constituída em 7 de outubro de 2013, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”), cujo objeto social é atuar como “administradora de benefícios”, conforme as Resoluções Normativas nº 195 e nº 196 da Agência de Saúde Suplementar (“ANS”), sem a assunção do risco da operação, atuando ou não como estipulante na contratação coletiva de planos, representando e prestando serviços para pessoas jurídicas contratantes de planos privados de assistência à saúde, coletivos, participantes e beneficiários de planos de assistência à saúde e odontológico, que tenham aderido a contratos coletivos. A autorização de funcionamento está registrada sob o nº 419.290.

As operações são conduzidas pela Empresa através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional.

b) Principais eventos ocorridos em 2020

I. Suspensão de reajustes de planos de saúde por 120 dias

Em 21 de agosto de 2020, na 16ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu suspender, por 120 dias, a aplicação de reajustes anuais e por faixa etária aos contratos de planos de saúde, compreendendo o período de setembro a dezembro de 2020. Em 8 de outubro de 2020, a ANS publicou instruções para suas reguladas, solicitando a contabilização por competência de todos os efeitos sobre a suspensão do reajuste anual e por faixa etária para os meses de setembro a dezembro de 2020, que definido pela ANS serão cobrados dos beneficiários ao longo de 2021.

Adicionalmente, em julho de 2020, por deliberalidade da Clube de Saúde, os reajustes anuais e por faixa etária haviam sido postergados para outubro de 2020, mas com a deliberação da ANS, também serão cobrados dos beneficiários ao longo de 2021, e por consequência também foram tratados como se suspenso fosse.

Essas medidas de suspensão de aplicação de reajustes por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária que foram definidas pela ANS refletiram em impactos para a Clube de Saúde, nos grupos de Clientes, Prêmios a Repassar, Débitos Diversos, Receita de Taxa de Administração, além de Custos com Serviços Prestados e Provisão de Perdas, onde convém destacar que todos esses efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras, sendo que os principais impactos contábeis em 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

Impactos do Reajuste

Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde	Impacto nos Boletos que foram enviados para nossos Beneficiários no valor de R\$21.891 .
Outros Débitos de Operações de Administração de Benefícios	Impacto de R\$18.726 em nosso passivo.
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	Nossas receitas de taxa de administração são recorrentes e correspondem à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. Ela é paga mensalmente pelos Beneficiários membros das associações em função de todos os serviços que prestamos. A Empresa estimou que o impacto nessa linha será de: R\$ 2.955
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	Efetuamos um complemento na provisão de repasses financeiros, com uma despesa no resultado e a contrapartida no passivo de R\$ 203 .
Provisão para Perdas Sobre Créditos	Reconhecemos o valor de R\$ 2.020 .

II. Contrato de cessão de direito Health Administradora de Benefícios

Como parte da estratégia de crescimento do Grupo Qualicorp, com foco na diversificação de portfólio e de parcerias para ampliar o acesso da população brasileira à uma saúde suplementar de qualidade, em 28 de outubro de 2020 foi anunciada a aquisição da carteira de clientes da Health Administradora de Benefícios por meio de uma transação envolvendo 4,3 mil vidas de planos coletivos por adesão pelo montante de R\$ 7.376.

O portfólio adquirido envolve somente os direitos e obrigações sobre a referida carteira e está sendo comercializado em parceria com o Grupo Notre Dame Intermédica (GNDI) no estado de São Paulo.

Esta transação foi liquidada em fevereiro de 2021 no montante de R\$4.426. O saldo residual de R\$2.950 foi liquidado através de emissão de quotas ao Sr. Antônio Carlos Braga dos Santos, aumentando o capital social em R\$464 e a reserva de capital em R\$2.486, devido ao ágio alocado a emissão dessas quotas.

Para maiores detalhes ver nota explicativa 13.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 435.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS havia sustentado a posição de não adotar os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e também de não adotar os Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos e ICPC22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

2.3 Reapresentação por ajustes

a) Ajuste de Cut Off - Receitas

A Empresa revisou o método de contabilização da receita de Taxa de Administração e constatou-se que a contabilização deveria ser “pro-rata” dia, para atender o regime de competência, em virtude das diversas vigências nos contratos junto aos beneficiários.

Em 1 de janeiro de 2019:

Balanco Patrimonial Descrição	Clube de Saúde		
	1/01/2019	Ajuste	1/01/2019
Créditos Tributários e Previdenciários	193	32	225
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	2.372	476	2.848
Patrimônio Líquido	23.253	(444)	22.809

Em 31 de dezembro de 2019:

Balanco Patrimonial Descrição	Clube de Saúde		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
Créditos Tributários e Previdenciários	215	31	276
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	4.019	918	4.937
Patrimônio Líquido	40.829	(857)	39.972

Demonstração do Resultado Descrição	Clube de Saúde		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	52.749	(442)	52.307
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(3.508)	29	(3.479)
Lucro Líquido	17.576	(857)	17.163

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Descrição	Clube de Saúde		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
Reserva de lucros	2.176	(857)	1.319

3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passou a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo valor justo por meio do resultado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros

passivos financeiros”.

II. Disponível, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento não exclusivos dedicados à ANS como ativo garantidor e aplicações financeiras não consideradas como de liquidação imediata.

Conforme política interna, as aplicações financeiras como um todo centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

III. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Empresa) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Empresa), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo “Créditos de administração de benefícios” em contrapartida às contas de passivos de “Débitos de administração de benefícios” (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de “contraprestações /prêmios a restituir” (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica “Receita antecipada de contraprestações/prêmios”.

IV. Provisão para perdas sobre créditos

Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

V. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

VI. Intangível

Está representado principalmente: (i) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; (ii) acordo de não competição; e (iii) pelas licenças de softwares e softwares em uso, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que

o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

VII. Redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

VIII. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. A principal receita é a Receita de taxa de administração, taxa essa que corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

IX. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

X. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

As provisões cíveis, a partir de Maio de 2020, são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

4 Principais Estimativas e Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Entidade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

- As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R\$ 69.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue:

- i. Créditos de operações de administração de benefícios e demais ativos e passivos financeiros

Estima-se que os valores contábeis dos créditos de operações de administração de benefícios, títulos e créditos a receber, e das contas a pagar (contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios, débitos de operações de administração de benefícios e débitos diversos) estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo para a realização dessas operações.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis (Reapresentado)	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	

Ativos financeiros:

Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	-	25.694	-	27.041
Aplicações financeiras	-	6.212	-	5.306
Créditos de operações de administração de benefícios	25.257	-	5.363	-
Bens e títulos a receber - ativo circulante	25.304	-	5.571	-
Depósitos judiciais e fiscais - ativo não circulante	245	-	125	-
Passivos financeiros:				
Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	18.726	-	-	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	4.998	-	4.937	-
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.490	-	1.141	-
Débitos de operações de administração de benefícios	824	-	304	-
Débitos diversos – circulante	5.427	-	1.914	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados no nível com base no grau observável do valor justo, em que mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2020	31/12/2019
	Nível 1	Nível 1
Aplicações financeiras de liquidez imediata	25.694	27.041
Aplicações financeiras	6.212	5.306

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Empresa não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa efetua operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Empresa ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Clube de Saúde adota como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3. iv.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2020 31/12/2019	
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Ativo circulante	7	25.694	27.041
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo circulante	8	6.212	5.306
Total exposição líquida			31.906	32.347

- i. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 8.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 106 (R\$173 em 2019).

Risco de capital

A Clube de Saúde administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Capital base

Antigo Patrimônio Mínimo Ajustado regido pela RN 209 até fevereiro de 2020, agora tratado como Capital Base, regulamentado pela RN451 a partir de março de 2020, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das mesmas.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo seguimento da mesma.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital base calculado é de R\$1.548 (R\$ 176 em 2019), estando em conformidade com a norma vigente.

Patrimônio Líquido Ajustado

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 451 de março de 2020.

Conforme exposto no art.10 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i. A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório;
- ii. A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e a margem de solvência, hoje não aplicado para administradoras;
- iii. A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2020 o PLA calculado é de R\$53.524 (R\$ 36.816 em 2019), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Descrição	Menos de seis meses R\$	De seis meses a um ano R\$
Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	9.363	9.363
Débitos diversos – circulante	5.427	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	4.998	-
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.490	-
Débitos de operações de administração de benefícios	824	-
Total	21.102	9.363

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

As seguintes alterações de normas iniciaram sua vigência em 1º de janeiro de 2020 e foram avaliadas a aplicação pela Empresa:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”; e
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Empresa.

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47, CPC 48 e ICPC 21) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R1) e ICPC 22), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde):

a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- Com relação ao novo modelo de *impairment*, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito esperadas”, no mesmo momento do registro do respectivo faturamento. Vide impactos no item 6.e).

b) CPC 47 – Receita de contrato com clientes

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem

ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Empresa estuda e revisa potenciais impactos e a Administração entende que não há impactos de adoção dessa norma.

c) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir:

- **Passivo de Arrendamento** – Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato.
- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato.
- **Patrimônio Líquido** – Os montantes reconhecidos em decorrência das normas pré CPC 06-(R2) devem ser baixados e reconhecidos no PL, assim como os resultados atribuídos as novas formas de contabilização.
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o CPC 06 (R2), mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

d) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como procedimentos adotados pela Empresa na apuração e cálculo dos tributos, que conflitam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e descumprimento de alguma obrigação acessória, etc.). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas.

e) Impactos da adoção das normas contábeis

Caso as normas fossem aprovadas pela agência reguladora, teríamos os seguintes ajustes nas demonstrações da Empresa:

	2020			2019		
	CPC 06 (R2)	CPC 48	TOTAL	CPC 06 (R2)	CPC 48	TOTAL
Balanco Patrimonial						
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	-	(2.680)	(2.680)	-	(3.446)	(3.446)
Créditos tributários e previdenciários	33	913	946	28	-	28
Imobilizado	302	-	302	696	-	696
Ativo	335	(1.767)	(1.432)	724	(3.446)	(2.722)
Empréstimos e financiamentos (circulante)	160	-	160	255	-	255
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	208	-	208	497	-	497
Provisões para IR e CSLL	1	(1.172)	(1.171)	9	(1.172)	(1.163)
Patrimônio líquido	(34)	(1.172)	(629)	(37)	(2.274)	(2.311)
Passivo e patrimônio líquido	335	(1.767)	(1.432)	724	(3.446)	(2.722)
Demonstração do Resultado						
Despesas administrativas	40	-	40	58	-	58
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	766	766	-	(349)	(349)
Resultado Financeiro	(50)	-	(50)	(114)	-	(114)
IR/CSLL	13	913	926	19	119	138
Lucro líquido	3	1.679	1.68	(37)	(230)	(267)

f) CPC emitidos e ainda não emitidos

- CPC 50 – Contratos de Seguros (em fase de audiência pública) – Este pronunciamento virá substituir a norma vigente sobre Contratos de Seguros (CPC 11), cujo objetivo é assegurar que uma entidade represente a essência desses contratos de forma fidedigna. A adoção está prevista para 1 de janeiro de 2023. A Empresa está acompanhando as tratativas e realizará estudo para avaliar potenciais impactos pela adoção desta norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

7 Disponível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações compromissadas (a)	15.498	4.553
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (b)	10.196	22.488
Bancos conta depósito - movimento – país	3.342	4.507
Total	29.036	31.548

- a) Refere-se às operações compromissadas com lastro em debêntures. A remuneração é com base na taxa DI de 75,00% a 100,00%. As operações foram realizadas junto ao Banco Itaú S.A, Banco Safra S.A, Banco do

Brasil e Banco Santander.

- b) Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 75,00% a 100,00% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, possuindo liquidez imediata e podendo ser resgatados antecipadamente, independentemente de seus vencimentos.

8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de investimento ANS (*)	6.212	5.306
Total	6.212	5.306

(*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

9 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência	5.386	5.363
Outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	21.891	-
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	(2.020)	-
Total	25.257	5.363

- (a) Em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19 foi avaliado e suspenso o reajuste anual de planos de saúde pela agência Nacional de Saúde (ANS) que determinou, através do comunicado nº 85 em 8 de outubro de 2020, o tratamento contábil das contraprestações a receber do período de Setembro a Dezembro de 2020, onde a Empresa reconheceu em acordo com a competência os seus valores a receber, que são efetivados e cobrados ao longo de 2021 conforme determinou a ANS. Para assegurar a operação a Empresa optou também por registrar a perda esperada sobre a suspensão do reajuste com maiores detalhes nas notas explicativas nº 1 e nº 26.

Cronograma de Vencimentos – Aging List

Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Empresa nos respectivos vencimentos das faturas. O resumo por idade de prêmios a repassar é:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	22.750	202
Vencidos:		
Até 30 dias	3.412	3.609
De 31 a 60 dias	1.113	1.552
Acima de 60 dias (*)	2	-
(-)Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (b)	(2.020)	-
Total	25.257	5.363

(*) Valores vencidos acima de 60 dias em 2020, foram recebidos até o dia 15 de janeiro de 2021.

Provisão para perdas sobre créditos - Resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	(2.020)	29
Perdas Efetivas	(9.882)	(4.314)
Saldo no fim do exercício	(11.902)	(4.285)

(b) A Empresa efetuou o reconhecimento da perda esperada com base na provisão das contraprestações registradas no ativo sobre a suspensão do reajuste, vide nota explicativa n°.1.b.i).

10 Bens e Títulos a Receber

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (a)	23.677	5.432
Outros	1.627	139
Total	25.304	5.571

a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa. Os riscos dessa operação são mensurados e reconhecidos ao final de cada ano ao resultado, para esse saldo atuais não há risco de perda em 31 de dezembro de 2020.

11 Partes Relacionadas

	31/12/2020		31/12/2019
	Ativo	Passivo	Passivo
<u>Operações Intercompany (i)</u>	3	2.708	186

A Empresa possui transações com partes relacionadas referente às atividades de “back office” para atendimento às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo.

	31/12/2020			31/12/2019	
	Clube de Saúde	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed	Clube de Saúde	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
Despesas Administrativas					
<u>Serviços corporativos e rateios (ii)</u>	(3.212)	3.203	9	(2.089)	2.089

- i. Trata-se de valores alocados em bens e títulos a receber no ativo e débitos diversos no passivo relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas
- ii. No grupo de despesas administrativas concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas do Grupo Qualicorp, realizada substancialmente pela Holding (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.
- iii. O plano de saúde dos colaboradores do Grupo Qualicorp, cujos custos incorridos são cobrados, rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

Quanto a pessoal chave da administração, a Empresa não possui despesas de remuneração de administradores em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

12 Créditos tributários e previdenciários – ativo não circulante

Conforme o pronunciamento técnico CPC 32, segue a composição:

	Clube	
	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo (a)	3.227	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos – líquidos	3.227	-

- a) Referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros.

Em Dezembro de 2020, a Companhia passou a contabilizar créditos tributários diferidos, como segue:

Composição do imposto de renda e da contribuição social – ativo

Item	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis - valor de curto prazo	1.706	-
Provisão sobre Reajuste	687	-
Prov. para riscos - parcela relativa a empresas e/ou períodos sujeitos ao regime de tributação lucro real	647	-
Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL – não contabilizados (a)	-	1.684
Outras provisões	187	-
Total dos créditos tributários	3.227	1.684
(-) Créditos tributários não contabilizados (b)	-	(1.684)
Total dos créditos tributários contabilizados	3.227	-

- a) Os prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL não constituídos são compostos como segue:

<u>Empresas</u>	Base 31/12/2020	IRPJ/CSLL (34%)	Base 31/12/2019	IRPJ/CSLL (34%)
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	-	-	4.954	1.684
Total	-	-	4.954	1.684

- b) Refere-se substancialmente ao fato de a Empresa possuir prejuízos fiscais e base negativa acumulada, para os quais não foram constituídos créditos tributários diferidos, pois até a presente data não haviam reunido condições de geração de lucros tributáveis que permitissem a contabilização de créditos tributários. Estes prejuízos fiscais e bases negativas foram totalmente utilizados no ano de 2020.

Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:

<u>Ano</u>	Clube	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	3.227	-
Total	3.227	-

O valor presente do total dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.055 para a Empresa, calculado pela taxa SELIC, tendo em vista o prazo estimado de realização das diferenças temporárias.

13 Intangível

	Taxa anual de amortização %	Custo			Amortização			
		Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em	Saldo Líquido
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (a)	13	15.669	7.376	23.045	(15.669)	(246)	(15.915)	7.130
Acordo de não competição	20	7.198	-	7.198	(3.239)	(1.440)	(4.679)	2.519
Softwares em uso	20	29	-	29	(4)	(6)	(10)	19
Total ativos intangíveis		22.896	7.376	30.272	(18.912)	(1.692)	(20.604)	9.668

- a) A aquisição refere-se a contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações e outras avenças entre a Clube de Saúde e a Health Administradora de Benefícios e a Divicom Corretora de Seguros Ltda, celebrado em 8 de outubro de 2020 no montante R\$ 7.376. O mesmo será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo de vigência do contrato.

A movimentação de 2019 é a seguinte:

	Taxa anual de amortização %	Custo				Amortização			Saldo Líquido
		Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019	
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades	13	15.669	-	-	15.669	(13.579)	(2.090)	(15.669)	-
Software	-	-	5	24	29	-	(4)	(4)	25
Software em desenvolvimento		24	-	(24)	-	-	-	-	-
Acordo de não competição	20	7.198	-	-	7.198	(1.800)	(1.439)	(3.239)	3.959
Total ativos intangíveis		22.891	5	-	22.896	(15.379)	(3.533)	(18.912)	3.984

14 Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios

Descrição	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Antecipações de prêmios de seguros e de processamento de cobrança (a)	4.993	4.927
Antecipações de taxa de administração (b)	5	10
Total	4.998	4.937

- b) Referem-se a recebimentos antecipados de cobrança de beneficiários de contratos de planos e seguros-saúde. O montante arrecadado é repassado às operadoras e seguradoras quando do vencimento das respectivas faturas. Os valores foram, substancialmente, repassados às operadoras e seguradoras até o dia 31 de janeiro de 2021.
- c) Referem-se à taxa de administração recebida antecipadamente dos beneficiários e apropriada em receita no mês da competência.

15 Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde (a)	18.726	-
Total	18.726	-

- a) A Empresa efetuou o reconhecimento dos valores a repassar para as Operadoras/Seguradoras sobre a suspensão do reajuste, maiores detalhes vide nota explicativa n°.1.b.i).

16 Débitos Diversos

Circulante:	31/12/2020	31/12/2019
Reembolso de despesas a pagar (a)	2.708	186
Aquisição de intangível a pagar (b)	1.991	-
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (c)	363	1.413
Outros	365	315
Total	5.427	1.914

- a) Refere-se a saldo de transações com empresas ligadas, conforme descrito nota explicativa nº 11.
- b) Refere-se ao contrato de cessão de direitos conforme notas explicativas nº 1 e 13. Este montante foi integralmente liquidado em 13 de janeiro e 10 de fevereiro de 2021.
- c) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.

17 Provisões Para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2018	Adições	Reversões	31/12/2019	Adições	Reversões	31/12/2020
Cíveis (a)	409	475	(491)	393	920	(206)	1.107
Trabalhistas e previdenciárias (b)	-	-	-	-	47	-	47
Regulatório - ANS (c)	323	1.554	(862)	1.015	494	(761)	748
Total	732	2.029	(1.353)	1.408	1.461	(967)	1.902

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2020:

- a) A empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$1.107 (R\$ 393 em 2019), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$1.038 (R\$1.038 em 2019) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material. Em 2020, o aumento ocorreu devido mudança em relação a forma de estimar essa provisão conforme descrito nas notas explicativas 3.X) e 4.
- b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. Além das reclamações trabalhistas, constituímos provisão para divergências de recolhimentos de valores relativos a INSS e FGTS, cuja discussão encontra-se na esfera administrativa. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos

trabalhistas totalizam o montante de R\$47 (R\$0 em 2019). Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.

- c) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$748 (R\$1.015 em 2019) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão, e de R\$375 (R\$145 em 2019) avaliado como perda possível, para o qual não foram constituídas provisões. A principal variação ocorreu devido a reversão de provisão de processos que estavam provisionados e foram pagos no período.

18 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Empresa é de R\$ 39.002 (R\$ 38.538 em 2019).

O aumento de capital de R\$464 é decorrente do acordo e participação relacionado ao contrato celebrado de cessão de direitos e obrigações e outras avenças, conforme notas explicativas 1.bii e 13.

Representados por quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) a participação dos quotistas no capital social da Empresa é a seguinte:

Acionistas	31/12/2020	31/12/2019
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	38.538.000	38.537.999
Antônio Carlos Braga dos Santos	464.125	-
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	-	1
Total	39.002.125	38.538.000

Reserva legal

A Empresa destina 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação da reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados, seguindo as mesmas práticas contábeis das demais empresas do Grupo Qualicorp para manter a uniformidade contábil. Em 31 de dezembro de 2020 o valor da reserva legal é de R\$ 1.133 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2019), constituindo por tanto R\$ 1.018, no ano de 2020.

Reserva de capital

Durante o exercício foi constituída reserva de capital no montante de R\$ 2.486, decorrente do ágio na emissão de quotas, advindo da aquisição de cessão de direitos e obrigações e outras avenças da Health Administradora de Benefícios. Para maiores detalhes da operação ver na nota explicativa 1bii.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação de diretoria da proposta da distribuição de dividendos de 2020 com pagamento até 31 de dezembro de 2021.

Destinação do Lucro Líquido	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro Líquido do exercício	19.256	1.319
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	-	-
% dos dividendos intercalares sobre o lucro líquido do exercício	-	-
Dividendo proposto a pagar	19.256	1.319

19 Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	(5.138)	(4.299)
Provisão (reversão) de provisões para riscos	(447)	(676)
Outras despesas	(605)	-
Total	(6.190)	(4.975)

- a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.

20 Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo na Boletagem (i)	(8.586)	(2.318)
Ganhos (Perdas) operacionais (ii)	(653)	(483)
Outras Despesas	(23)	(31)
Total	(9.262)	(2.832)

- i. Refere-se a prejuízo nas operações de administração de planos, onde beneficiários adquirem planos contratados com benefícios que são assumidos pela Empresa.
- ii. Tratam-se das diferenças temporárias com seguradoras/operadoras derivadas do gerenciamento financeiro entre a relação de beneficiários constantes nos sistemas internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar.

21 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal	(4.273)	(3.025)
Depreciações e amortizações (a)	(1.694)	(3.924)
Auto de infração	(1.498)	(2.103)
Gastos com localização e funcionamento	(984)	(1.296)
Gastos com serviços de terceiros	(812)	(781)
Outras despesas administrativas	(807)	(1.424)
Total	(10.068)	(12.552)

- a) Redução refere-se principalmente ao término da amortização de alguns ativos intangíveis relacionados a cessão de direitos de uso em 2019.

22 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.055	1.734
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	1.734	1.527
Total de receitas financeiras	2.789	3.261
Despesas financeiras:		
Descontos concedidos	(218)	(333)
Despesas Bancárias (b)	(5.377)	(4.064)
Outras despesas	(52)	(40)
Total de despesas financeiras	(5.647)	(4.437)
Resultado financeiro	(2.858)	(1.176)

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Empresa nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.
- b) Em 2020 aumento é substancialmente pela cancelamento ou reemissão de boletos aos beneficiários devido a suspensão de reajuste determinada pela ANS e adoção dos procedimentos definidos conforme descrito vide nota explicativa n°.1.b.i)

23 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Resultado Antes dos Impostos e Participações	25.337	23.274
Participações sobre o Lucro	(64)	(79)
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	25.273	23.195
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa (crédito) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(8.593)	(7.886)
Constituição /reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	-	(365)
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário	-	2.521
Constituição de Diferido - Clube de Saúde (a)	3.826	-
Outros	(236)	(302)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(5.003)	(6.032)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	19.80%	26,01%

- a) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros. Para maiores detalhes ver nota explicativa 12.

24 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possui os seguintes compromissos relevantes:

- a) Contrato de locação de seu escritório: compromisso já assumido para o exercício social de 2021 em R\$ 170 (não auditados), para o exercício social de 2022 em R\$ 170 (não auditados) e para os exercícios sociais após 2022 em R\$ 71 (não auditados).

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2020 foram de R\$ 178 (R\$ 387 em 2019).

25 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2020	2019 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	25.273	23.195
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	1.694	3.536
Provisão de Reajuste	(942)	-
Receitas/Despesas financeiras	122	(229)
Provisão (reversão) para riscos	494	676
	26.641	27.178
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Aumento de Créditos de operações de administração de benefícios	(23)	(1.186)
Redução (aumento) de Outros créditos a receber a longo prazo	-	298
Redução (Aumento) de impostos e contribuições a recolher	2	(90)
Aumento (redução) de Débitos de operações de administração de benefícios	520	(42)
Aumento de Contraprestações / Prêmios a restituir	146	752
Aumento de Bens e títulos a receber	(19.733)	(4.866)
Redução (aumento) de Despesas antecipadas	29	(29)
Redução (aumento) de débitos diversos	2.607	(1.837)
Aumento (redução) de Receita antecipada de contraprestações / prêmios	537	2.089
Redução (aumento) de créditos tributários e previdenciários	61	(51)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(144)	-
Aumento (redução) de aplicações financeiras	(1.028)	(300)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	9.615	21.916
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.188)	(4.998)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.427	16.918

26 COVID-19

As principais considerações contábeis, analisadas em relação à eventuais incertezas e potenciais implicações do Covid-19 na Clube de Saúde estão relacionadas à suspensão do reajuste anual pela ANS (conforme apresentado na Nota 1 b) i), onde visando mitigar os efeitos provenientes da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada pelo Ministério da Saúde em decorrência da pandemia de infecção humana causada pelo Covid-19, bem como, visando buscar manter o equilíbrio das relações de negócios entre Operadoras de Saúde e Beneficiários, além de principalmente garantir a continuidade e a qualidade da prestação de assistência à saúde dos consumidores dos planos de saúde, a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar comunicou, em 21 de agosto de 2020, a suspensão da aplicação dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020.

Tal medida foi válida para os contratos de planos privados de assistência à saúde médico-hospitalar na modalidade de pré-pagamento e considerou todos os tipos de contratação (individual/familiar, coletivos empresariais e coletivo por adesão).

A Empresa já está cumprindo a determinação da ANS e essa suspensão contemplou todos os contratos que foram ou seriam reajustados em 2020. Logo, de setembro a dezembro foram excluídos da mensalidade de nossos beneficiários os reajustes aplicados no decorrer de 2020 sendo que enviamos uma nova cobrança, com vencimento prorrogado, para aqueles que chegaram a visualizar seus boletos de setembro de forma reajustada.

Efetuamos também devoluções correspondentes ao percentual do reajuste aplicado para aqueles clientes que anteciparam o pagamento de setembro com a cobrança reajustada. Em alguns casos, onde não foi possível efetivar a devolução financeira aos clientes, o valor foi ajustado no mês subsequente.

A ANS informou ainda que a retomada de valores não aplicados em 2020 será realizada ao longo de 2021, mas mesmo com essa postergação, a partir de janeiro de 2021 as cobranças voltaram a ser emitidas com os valores de reajuste estabelecidos em 2020.

Entretanto, sempre pensando em cuidar das pessoas e sempre empenhados em fazer o melhor para os nossos clientes, esse reajuste será efetuado em 12 parcelas, em relação ao valor que já havia sido suspenso tanto sobre a competência de julho por deliberalidade da Empresa, como principalmente sobre as competências de setembro, outubro, novembro e dezembro (a ser recomposto em 2021 em 12 vezes).

Já em relação aos impactos administrativos, as ações tomadas pelo Grupo Qualicorp no combate à Covid-19 estão relacionadas a medidas em prol da saúde de nossos colaboradores como um canal de suporte médico para que em casos de dúvidas ou suspeita da doença o colaborador entrasse em contato imediatamente com a Equipe médica do Grupo Qualicorp, antes mesmo de procurar um hospital, entre outras iniciativas de comunicação interna afim de estimular medidas de prevenção contra a doença. Adicionalmente, a empresa também agiu de uma forma ágil para que todos pudessem trabalhar o quanto antes de suas casas no sistema home office e está previsto o retorno para o escritório 1 dia por semana no terceiro trimestre de 2021 e 2 dias por semana no quarto trimestre de 2021.

27 Eventos Subsequentes

Em 08 de dezembro de 2020 foi firmado contrato entre as controladoras da Empresa e Muito Mais Saúde (MMS), de aquisição da carteira, através de cessão de direito e obrigações, para administrar 55.000 vidas referente a contratos de planos de saúde e odontológicos no segmento coletivo por adesão. Os contratos adquiridos são de planos celebrados entre a MMS e as operadoras de clientes localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo fortalecendo nosso segmento na região. Essa transação foi de R\$ 176.000, onde foi liquidado o montante de R\$ 72.600 em 9 de dezembro de 2020 e o restante será pago em duas parcelas após as integrações das vidas, com previsão para pagamento de R\$ 85.800 em 31 de março de 2021 e de R\$ 17.600 em 30 de abril de 2021.

Em 5 de fevereiro de 2021, foi realizado aditivo neste contrato onde a Empresa, recebesse parte deste intangível, e com isso os contratos relacionados a Operadora GNDI foram cedidos à Clube de Saúde a partir desta data. O valor equivalente as vidas cedidas como intangível é de R\$ 28.547 e esse valor será pago assim como o contrato original, em duas parcelas sendo uma em março e a última em abril de 2021, após à migração das vidas.

Esse intangível será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo de vigência do contrato.

28 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 30 de março de 2021 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2020, quando aplicável.

A DIRETORIA

E

Contador: Magnus Monteiro de Oliveira Junior - CRC. 1SP219254/O

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F51E-5028-F893-0066> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F51E-5028-F893-0066



Hash do Documento

E7F4F3824A44D04052E3F3680AC6E03B5FDD46DEC7039A55322E5A93BA6BBA2A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2021 é(são) :

- Magnus Monteiro De Oliveira Junior (Signatário - Clube de Saúde Administradora de Benefícios S.A.) - 251.***.***-08 em 30/03/2021 19:37 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

